

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Roseane Maria de Amorim ¹

Introdução:

É comum quando nos referimos ao Movimento Negro Brasileiro fazermos referência apenas a Frente Negra Brasileira iniciada em 1931 e ao Teatro Experimental do Negro fundado por Abdias do Nascimento na década de 1940. Contudo, aos investigarmos a literatura da área e os documentos referentes a esses períodos encontramos uma gama de movimentos que vai desembocar na luta contra o preconceito racial no nosso país.

Ao longo da nossa história os negros embora estivessem em desvantagem social sempre buscaram soluções para os problemas que enfrentavam no cotidiano de suas vidas. A luta por liberdade e por melhores condições de vida foram pautas de suas reivindicações em diferentes espaços e de diferentes maneiras. O objetivo central desse artigo é apontar historicamente quais caminhos foram percorridos pelos diversos movimentos negros no Brasil. Esperamos que esse texto ajude professores/as da educação básica.

1. Para início de conversa

Desde o Brasil Colônia e Império os quilombos apareceram como lugares de resistências e de lutas contra a dominação dos brancos portugueses. Nesse sentido, é importante dizer que os quilombos no Brasil precisam ser estudados dentro de um conjunto de lutas vivenciados pelos afro-descendentes no sentido de manter sua liberdade sua cultura. As formas de resistências foram de diversas maneiras inclusive por meio da religião.

Leite (2006) esclarece a permanência ao longo da História do Brasil dos quilombos. Os quilombos aparecem como os primeiros focos de resistências dos africanos e afro-brasileiros em relação ao escravismo colonial, reaparecem nos período da República em 1930 com a Frente Negra Brasileira e retoma a cena política nos anos 70 do século XX e século XXI.

Por sua vez, desde o século XIX encontramos em diversas partes do país associações que procuravam expor as condições de desigualdades que se encontravam os negros na nossa sociedade.

¹ Professora de Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação do Departamento de Educação da UFAL.

Camargo (2005) salienta no seu trabalho que pós a abolição da escravatura em 1988, as associações culturais e as irmandades lutavam por escolas para alfabetizar a comunidade negra e promover a mobilidade social desse grupo. Enfim, nas primeiras décadas após a abolição os movimentos dos negros organizavam-se principalmente em clubes, associações recreativas e agremiações e tinham como objetivos promover a convivência e as trocas entre os pares.

Dessa forma, com base em Camargo (2005) podemos entender por movimento negro o conjunto de entidades que de uma forma ou de outra lutaram ou lutam por melhores condições de vida da população negra, além de desenvolver estratégias de ocupação de espaços, reivindicam e denunciam a exploração e lutam por uma sociedade mais justa e equitativa.

É importante dizer que antes da criação da Frente Negra Brasileira tivemos no país a denominada imprensa negra. Estes jornais além de terem um caráter recreativo ou beneficente eram espaços de luta contra a discriminação e contra a desigualdade social. Até 1924 tivemos pelo menos sete jornais que tinham a pretensão de despertar no negro certa unidade.

Em 1924 é fundado o Clarim por José Correia Leite e Jaime de Aguiar. O referido jornal tinha como proposta a criação de um partido que representasse os interesses da classe de cor. Contudo, essa ideia não prosperou diante da sociedade da época. Contudo, outros jornais foram sendo produzidos e esclarecendo a população o valor do negro na nossa sociedade.

Em 1924 tivemos pelo menos quatro jornais que tinham preocupação com a questão do papel do negro na sociedade brasileira. Esse fato mostra o quanto negro vem lutando pelos seus direitos e quanto a nossa sociedade vem resistindo a mudança. Talvez isso explique o porquê dessas questões ainda não estão sendo levado em consideração como deveria no currículo das escolas da Educação Básica no nosso país. Embora hoje seja obrigatório por lei.

Segundo Alberti e Pereira (2007, p.90) O Clarim foi dirigido por Henrique Cunha (1908-2006) e foi fundado em São Paulo em 1924. Herinque Cunha integrou também a Frente Negra Brasileira e o Clube Negro de Cultura Social fundado em 1932 e “foi um dos fundadores da Associação Cultural do Negro em 1956. Seu filho Henrique Cunha Junior foi fundador e o primeiro presidente (2002-2004) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e é professor titular da Universidade Federal do Ceará.

Por sua vez, o jornal O Quilombo foi criado por Abdias de Nascimento no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 e 1950 (ANDRADE, 2007). E em 1959 foi criado o Centro de Estudos Afro-Orientais CEAO. Um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia voltado para o estudo, a pesquisa e a ação comunitária na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas. Foi criado no momento em que se iniciou o processo de independência dos países da África. Foi o humanista português o Professor Agostinho Silva que fundou o CEAO e na atualidade permanece como referência para o estudo das discussões étnico-raciais. O CEAO é composto pelo Museu Afro-Brasileiro, Biblioteca, Livraria afro-Oriental, gerida pela Editora da UFBA, Núcleo de Educação para a Cidadania, em parceria com o CEAFRO e o Núcleo Administrativo, de Pesquisa e Extensão.

É importante verificarmos os conteúdos contidos nesses jornais para podermos observarmos o caráter político do movimento negro no nosso país e quantas lutas foram travadas para chegarmos a Lei 10.639/2003. Quando analisamos a lei hoje nem imaginamos todo o percalço vivido para que ela seja obrigatória e possa ser implementada no cotidiano das nossas escolas.

Até que ponto nós professores da Educação Básica e até do ensino superior conhecemos todo esse movimento dos negros? Acreditamos que poucos estudantes brasileiros tiveram acesso a essas informações.

No fragmento do jornal da Bahia de nove de outubro de 1962 é comunicado que no terceiro aniversário do Centro de Estudo Afro – Orientais o professor Bastide da Universidade de Sorbonne faz uma conferência sob o tema “Diferenças dos Ritos de Iorubá na África e na Bahia. A preocupação do jornal é deixar claro o quanto o negro está associado a erudição e ao conhecimento. “Superstições é coisa de mulheres e crianças” diz o jornal. O jornal ainda anuncia que foi solicitado da Universidade de Sorbonne a criação de uma cadeira de Filosofia Africana.

É interessante, com base na escrita do jornal analisar a força da ideologia construída pelo grupo dominante no nosso país. Os jornais dessa época e de épocas anteriores procuravam de todas as formas enaltecerem a cultura africana e seu potencial quanto povo em contraposição ao processo de inferioridade que o negro foi submetido.

Em outro jornal O Globo de quinze de agosto de 1978 tem como manchete os seguintes pontos: “ Abdias do Nascimento autor de o genocídio do negro brasileiro” e “ O negro esta saindo do torpor, da passividade” . O escrito nesse jornal é interessante para pensarmos o papel da intelectualidade negra brasileira e da crescente consciência

do negro na nossa sociedade. Vamos analisar parte do fragmento do que está escrito no jornal:

O lançamento do livro será um momento para o encontro entre os negros brasileiros e os negros norte-americanos que ora estão aqui para participar do Festival de Arte Negra, na Bahia e no Rio. Será um ato público onde poderão comparecer as entidades negras e todos aqueles interessados no processo da cultura afro-brasileira. Sobre genocídio explica Abdias:

„Em geral, quando se fala em genocídio só se pensa que os judeus sofreram essa agressão. Esquecem o que foi cometido contra os índios e principalmente contra os africanos. Enquanto o número de judeus sacrificados foi calculado em cinco ou seis milhões, o de africanos chegou a 200 milhões. Nunca houve na humanidade uma chacina dessa natureza. Essa espécie de genocídio foi uma constante em todo o processo de construção do Brasil.

Um dos instrumentos usados nesse genocídio foi o da destruição das linguagens africanas, os assassinatos diretos, a miscigenação, pela maneira como foi efetuada, como uma espécie de compulsão social; a situação que obriga o negro a embranquecer para ter aceitação social e ascensão a qualquer nível em que deseja participar (JORNAL O GLOBO 15-08-1978).

Pelo que foi mencionado acima fica claro a luta dos negros por melhores espaços na nossa sociedade. As organizações do negro no Brasil foi um movimento que tentava abarcar o estado brasileiro em vez de está centralizado apenas em um lugar da nação e que procura cada vez mais dar voz e vez aos afro-brasileiros numa nação em que a cor branca sempre foi referência para tudo.

É interessante dizer também que os diversos movimentos negros no Brasil tiveram muitas facetas e caminhos. As tensões raciais no Brasil sempre fizeram parte da nossa história. Em 1930, por exemplo, com o processo de regionalismo criado pelos imigrantes europeus foi elaborado certo discurso separatista. Dentro desse contexto “os brasileiros de variadas mestiçagem sentiam-se ameaçados de exclusão em seu próprio país” afirma GUIMARÃES (2006 p. 87).

Como já foi dito anteriormente é nesse período que foi criado a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB apesar de conter dissidências socialista, contraditoriamente, era formado por uma maioria de pessoas da direita. O ideal desse grupo buscava firmar o negro na sociedade brasileira e combater os estereótipos sofridos pelos negros na nossa sociedade (GUIMARÃES, 2006).

A FNB foi primeiramente fundada em São Paulo para depois espalhar-se por em outras partes do Brasil. A FNB era dirigida por um conselho com sede em São Paulo, mas com delegados em outros Estados brasileiros. Ela fez circular em 1933 o Jornal a Voz da Raça com intuito de alcançar a massa popular.

Por sua vez, a Frente Negra de Salvador apesar de ter história diferente de São Paulo procurava buscar alternativas para promover a ascensão social do negro na

sociedade tendo como meta a educação dos negros. No plano educacional inicialmente criaram cursos de alfabetização noturnos “mas também abrem inscrições para turmas primárias” (1996, p.76). O dinheiro para compras de materiais e mobílias se dava principalmente através de fundos provenientes de atividades recreativas e culturais (BARCELAR, 1996).

A FNB tanto em São Paulo como na Bahia não procurava ir contra a ordem vigente. O objetivo era a integração do negro na sociedade brasileira através de conquistas de oportunidades e garantias sociais, talvez por isso, explique o porquê da maioria dos seus participantes terem vinculação com os partidos da direita (BARCELAR, 1996).

Barcelar (1996) chama atenção sobre as condições econômicas, políticas e sociais da Bahia que difere de São Paulo com maior número de imigrantes e desenvolvimento econômico. Assim é afirmado: “ ao contrário de São Paulo, a Frente Negra de Salvador é criada por um operário, dirigida por pretos e mestiços de condições bastante modesta e tem a participação exclusiva, ainda que pequena, da classe trabalhadora (BARCELAR, 1996,80).”

De modo geral podemos afirmar que o mito de democracia racial vigente na nossa sociedade era inquestionável, e que, portanto, para a maioria da população não havia motivo para as pessoas se agrupasse em função de sua cor. Podemos afirmar ainda que a questão da miscigenação da sociedade brasileira era aceita pela tal associação.

A FNB veio torna-se partido político em 1936, contudo, teve sua atividade encerrada em 1937, quando a ditadura do Estado Novo pôs fim a organização. Apesar das diferenças ideológicas dos diferentes membros da FNB ela foi uma das maiorias expressão de organização do negro na nossa sociedade . A FNB difere do movimento de outros períodos anteriores, pois “agrega um posicionamento político mais explícito afirma ANDRADE (2007, p.34)”.

Após, e até, anterior a FNB ser colocada na ilegalidade, outros movimentos foram surgindo como o Movimento Contra Preconceito Racial no Rio de Janeiro, a Associação dos Brasileiros de Cor em São Paulo em 1938 e a União Nacional de Homens de Cor também em São Paulo e em Campinas a Liga Humanitária de cor (CARMARGO, 2005). Todos esses movimentos tinham o caráter de mostrar para a sociedade brasileira a importância do negro para a nossa sociedade. Não podemos negar também que os movimentos negros brasileiros em diversos momentos estão associados de certa forma a movimentos sociais de caráter amplo e que buscam a cidadania e,

portanto, a inclusão dos afro-descendentes aos bens culturais que ao longo do tempo foram negados.

Nascimento (2008) enfatiza que as mulheres tinham um papel fundamental na FNB. Eram participantes ativas na luta em favor do negro, “ de forma que na Frente a maior parte eram mulheres (p.106).”

Podemos apontar ainda com base em Nascimento (2008) que houve outra dissidência da Frente, como a Frente Negra Socialista que foi fundada em 1933. Outro grupo denominado o “ Clarim da Alvorada liderado por José Correia Leite fundou o clube Negro de Cultura Social (p.106)”.

Constatamos por meio da literatura, como já foi esclarecido anteriormente, que em 1944 é criado no Rio de Janeiro o TEN _ Teatro Experimental do Negro fundado por Abdias de Nascimento e que tinha uma articulação profunda entre a ação sócio cultural e a questão política. A educação é tomada como prioridade entre as propostas presente no programa. Entre outras coisas o TEN em 1945 o organizou a Convenção Nacional do Negro e a Constituinte de 1946. A Convenção Nacional do Negro que aconteceu primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro procurou reunir diversas organizações do Negro. No fim da convenção votou e lançou um “Manifesto à nação brasileira”. O manifesto conclamava os negros, entre outras questões, para os seguintes pontos: a) a necessidade da Carta Magna do nosso País reconhecer a origem étnica do povo brasileiro; b) que o preconceito de cor e de raça se torne matéria de lei e seja considerado crime de lesa –pátria; c) adoção de medidas governamentais visando a elevação do nível econômico de todos os brasileiros.

Domingues (2006) esclarece que o TEN não se restringiu exclusivamente a desenvolver atividades culturais. Em 1948 funda o jornal Quilombo, que procurava divulgar as ideias do grupo e denunciar o preconceito contra o negro no Brasil. O jornal ainda mantinha diálogo com personalidades africanas e afro- americanas.

Algumas propostas do Manifesto têm sido conquistadas pelo Brasil recentemente. O Manifesto foi enviado a todos os partidos políticos e a Convenção recebeu cartas de apoio de várias entidades da época.

Nos anos de 1950, o TEN “articulou a candidatura de Abdias do Nascimento para as eleições municipais no Rio de Janeiro” como afirma Domingues (2006, p.141), o que foi suficiente para provocar reações a imprensa na época. Nesse período o TEN adquiriu sede própria, fundou o Museu do negro e realizou concurso de beleza “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe”.

Já nos anos de 1950 e 60 tivemos nesse período a Associação Cultural do Negro, fundada em São Paulo em 1956. Entre os representantes dessa Associação tivemos como líderes José de Assis Barbosa, José Correia Leite, entre outros. “Henrique Antunes Cunha presidiu, entre 1963 e 1964, essa Associação cujo principal legado tenha sido as obras literárias de seus Cadernos de Cultura” como afirma NASCIMENTO (2008).

Decorrente do exposto vale ressaltar ainda de acordo com Nascimento (2008) que o TEN fazia graves críticas as tradicionais abordagens científicas sobre o negro. Ele continuava sendo visto como exótico ou como espetáculo. Havia também muitas discussões entre pelo menos duas correntes dentro do TEN a de dissidência teórica marxista que compreendia a luta de classes como a legítima forma de organização e por isso, de acordo com esse grupo “o negro não teria legítimas, reivindicações políticas ou sociais específicas (id, ibidem,p.38)”. Havia outra corrente tendo como líder Guerreiro Ramos que fazia uma crítica original e profunda ao enfoque centralizado a classe social como também “a pretensa objetividade científica “como postura ideológica em si mesma (id, ibidem, p.38)”.

Havia, portanto, um intenso debate no Brasil em relação as questões étnico-raciais. As produções realizadas em relação a essa temática, muitas vezes, desconsideravam as lutas e as produções elaboradas pelos movimentos negros.

Em 1964 quando os militares tomaram o poder muitos países africanos estavam na luta pela sua libertação. Internamente no Brasil apesar do clima de repressão o TEN organizou cursos de Teatro ministrado no auditório do Teatro de Belas Artes no Rio de Janeiro e o curso de Arte Negra em 1968 na Faculdade de Direito de São Paulo num clima tenso e escondido em certos espaços da instituição. Em 1968 o dirigente principal do TEN, Abdias do Nascimento foi exilado e passou a morar nos Estados Unidos da América semanas antes da promulgação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) (NASCIMENTO,2008).

2. Novos direcionamentos a partir dos anos 70 do século XX

No âmbito internacional havia também o movimento poético Négritude criado por poetas africanos e antilhanos. Nascimento (2008, p.149) esclarece que no contexto brasileiro, “negritude representava toda a identidade de descendente africanos, com sua origem, sobretudo a ligação dessa identidade com compromisso de luta a favor do negro brasileiro discriminado e dos povos africanos e colonizados em todo mundo”.

Assim, conforme a autora supracitada, havia também no âmbito internacional o movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King e a organização denominada as Panteras Negras nos Estados Unidos. Embora os negros brasileiros não necessitassem importar teorias e ideologias estes não estavam alheios o que estava acontecendo no mundo.

Nos anos 70 enquanto a vanguarda de esquerda excluía o debate sobre a questão racial, surgiram no Brasil muitas organizações negras em diferentes espaços. Entre outros grupos citamos com base em Nascimento (2008), o Grupo Palmares de Porto Alegre; o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN); o Grêmio Recreativo de Arte Negra (CECAU); o Grupo Afro-Americano do Jornal Versus, e o Centro de Estudos Afro-Brasileiro de São Paulo; o Grupo Teatro Evolução em Campinas.

É importante frisar com base no que foi exposto que todas essas organizações não correspondem à totalidade dos movimentos que discutiam e estavam preocupados com a questão do negro na nossa sociedade. Mesmo em plena ditadura e com a repressão que o país vivia as mobilizações da população negra era efetiva em vários estados brasileiros.

Já, em 1978 em São Paulo foi fundado o Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial (MNURDR) com delegações em vários estados brasileiros (NASCIMENTO, 2008). Entretanto, o aparecimento do movimento não foi assim tão simples.

Além de todo movimento internacional citado anteriormente podemos afirmar que o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista que nesse momento predominava no movimento. Havia, portanto, um grupo de militantes negros que compreendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a questão de classe social. No Dizer de Domingues (2007) a política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Unificado.

Prosseguindo na sua caracterização Domingues (2007) salienta que em 1978 com diversas entidades negras foi fundado o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR). Na Primeira Assembléia Nacional de Organização e Estruturação da Entidade foi adicionada a palavra negro ao movimento que passou-se a chamar Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUCDR). No Primeiro Congresso do Movimento Negro Contra Discriminação Racial estabeleceu-se que seria apenas Movimento Negro Unificado.

O desejo do Movimento Negro Unificado era aglutinar todos os grupos negros que lutavam por um país mais equitativo livre da discriminação racial. Desenvolveu-se, assim a proposta de unificar a luta de todos os grupos anti-racista do país.

Interessante dizer que nesse período reapareceu a imprensa negra. Dentre os jornais da época destacamos SINB (1977), *Africus* (1982), *Nizinga* (1986), no Rio de Janeiro; *O Saci* (1978), *Abertura* (1978) em São Paulo; *Negô em Salvador* (1981); *Tição* (1977) no Rio Grande do Sul (Domingues, 2007).

Diante desse contexto é mister afirmar que a reorganização do Movimento Negro aconteceu na década de 1970, no bojo das discussões populares, sindical e do questionamento do endurecimento dos militares no poder.

O Programa do Movimento Negro Unificado, entre outras questões, exigia da sociedade brasileira; a) a organização política da população negra brasileira; b) a luta pela introdução no currículo das nossas escolas da história da África e dos afro-brasileiros e c) a luta contra a violência policial.

Note-se que a luta pela implementação da História da África nos currículos das escolas brasileiras reaparece como bandeira fundamental para o movimento devido a necessidade da formação de uma geração mais consciente do seu papel. Vale salientar ainda que a questão educacional sempre foi prioridade do Movimento Negro no Brasil. A tônica era combinar a luta do negro com os de todos os oprimidos. O movimento negro apregoava como palavras de ordem nesse período “o negro no poder”.

Ao realizar uma análise mais apurada do período verificamos que uma característica do movimento negro dessa geração era a preocupação com a identidade étnica específica do negro. Havia um discurso nesse momento da negritude e do resgate as raízes ancestrais. Se antes o movimento negro era em grande maioria formado por cristão agora passa a cobrar dos seus membros a filiação as religiões de matrizes africanas em especial o candomblé.

Outra luta importante do movimento dessa época diz respeito o combate a mestiçagem. “A avaliação era de que a mestiçagem sempre teria cumprido um papel negativo de eliminação da identidade do negro no Brasil” salienta Domingues (2007, p.116). Defendia por isso o movimento os casamentos endógenos e a constituição da família negra.

Em 1984 aconteceu em Uberaba Minas Gerais o Encontro Nacional de Militantes Negros. Como diz Nascimento (2008, 159),

foi o primeiro na história do movimento afro-brasileiro a contar com a participação de um deputado federal negro comprometido com a causa de seu povo, pois em nenhuma etapa anterior da organização da população afro-brasileira existiria um representante seu no Congresso Federal.

Nessa qualidade, Abdias de Nascimento pôde levar ao futuro presidente Tancredo Neves o documento elaborado nesse encontro. A partir desse momento foram criados nos diversos estados e municípios programas assessorias, divisões, grupos de trabalhos em relação a essa temática.

No Governo de Franco Montoro do Estado de São Paulo foi criado o Primeiro Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. A criação desse conselho marca de certa forma o início das políticas públicas voltadas para o negro na sociedade brasileira.

Em âmbito federal há algumas considerações que ainda precisam ser feitas. Ainda nesse período histórico tivemos a criação da Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros e da Comissão para o Centenário da Abolição da Escravatura, no seio do Ministério da Cultura que de certa forma trouxe novas possibilidades para discussão.

O cenário da Constituinte e o centenário da abolição foi marcado pelo enfrentamento do Movimento Negro no Rio de Janeiro com o poder armado do exército que tentou impedir a marcha comemorativa do dia 20 de novembro. É importante dizer também, que nesse período a TVE tinha organizado um debate sobre o racismo que não se realizou devido a interferência de escalões superiores de quem estava no poder na época. Esse fato realça o medo da elite brasileira em enfrentar o preconceito racial no nosso país.

É importante acentuar ainda que o movimento negro realizou nos anos 80 encontros estaduais e regionais culminando com o Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) realizado em São Paulo em 1991).

Dentro desse embate de forças antagônicas é mister afirmar que a Constituição de 1998 trouxe algumas conquistas que revelam avanços políticos e sociais para a comunidade negra. A Constituição normatiza alguns pontos importantes a saber:

- Artigo 215 – estabelece o racismo como crime inafiançável;
- Artigo 68 – determina a demarcação das terras das comunidades chamadas remanescentes de quilombos.
- Anuncia a natureza pluricultural e multicultural da sociedade brasileira.

Enfim, o mito da democracia racial apoiava-se, e ainda se apóia no embranquecimento do negro e do mulato. Esta seria a saída de emergência para termos

uma população paulatinamente branca e desenvolvida. Essa concepção era reforçada por uma evidente diminuição do negro que reproduzia em alguns momentos uma população gradualmente mais branca. O mito da democracia racial o mito do senhor benevolente e o processo de embranquecimento trouxeram conseqüências para as relações sociais e a concepção ideológica e política construída no Brasil. Por tudo isso, muitos pardos e negros no Brasil procuram não se identificar como negros e, sempre que possível, tentam se aproximar do tipo estético do branco. Não podemos desconsiderar, entretanto, que a luta do movimento negro no século XX tenha proporcionado á população a conscientização do valor da sua cultura e a necessidade de se identificar com a sua raça/etnia, tanto que, a partir desse século, começa paulatinamente a valorização da identidade negra.

3- Considerações finais

Podemos afirmar que a consolidação dos movimentos em favor do negro no nosso País deve-se principalmente, às lutas históricas do negro e, em toda parte do Globo, ao compromisso firmado pelo Brasil, em 2001, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata sediada em Duban, na África do Sul. Assim, após assinar o acordo, o Brasil se comprometeu a combater a discriminação e promover ações que pudessem elevar a qualidade de vida dos negros e de grupos que são historicamente excluídos na nossa sociedade.

A parti dessa data, inicia-se no País uma agenda de compromisso que tem como ápice, 2003, a elaboração da Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, com o objetivo de impulsionar em todos os Estados e Municípios, a sua implementação.

A partir desse contexto, criou-se em Brasília um grupo de trabalho que tinha como objetivo ajustar alianças e elaborar propostas de políticas públicas que promovessem a valorização da população negra. Quinhentas proposições foram elaboradas e elencadas no primeiro “Seminário Internacional: Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Modernos e Democráticos Contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça.

Enquanto o debatia se desenvolvia, internamente o Brasil preparava sua participação na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, já citado anteriormente.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA Amilcar Araújo. **História do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Pallas, 2007.

ANDRADE, Jatobá de Francisco. **Relações raciais, multiculturalismo e ações afirmativas: as cotas na Universidade de Pernambuco (UPE)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco 136 f. Recife, Pernambuco, 2007.

BARCELAR, Jeferson. **A Frente Negra Brasileira na Bahia**. Revista Afroasia nº 17 p. 73 1996.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O nego na educação superior-perspectiva das ações afirmativas**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP 187 f. Campinas São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis: Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68)**. Revista Projeto História, São Paulo, n.33,p.1331-158,dez.2006.

_____ **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, p.117-119, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Revista Etnográfica Vol. IV (@). 2000, p.. 333-354.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkim (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.